



## Consciência planetária, sustentabilidade e religião. Consensos e tarefas.

Planetary consciousness, sustainability and religion. Consensus and tasks.

Afonso Tadeu Murad\*

### Resumo

O artigo faz uma síntese das discussões a respeito da relação entre *consciência planetária, sustentabilidade e religião*, a partir dos últimos congressos e publicações da SOTER, de eventos recentes de Teologia e Ciências da Religião e da Cúpula dos Povos (2012). Realiza um nivelamento conceitual dos termos envolvidos na questão. Caracteriza “consciência planetária”, a partir da Carta da Terra. Apresenta um panorama acerca do tema “sustentabilidade”, mostrando as principais diferenças e os pontos comuns das principais correntes. Responde a dúvidas, questionamentos e objeções, tais como: se é apropriado designar o ser humano como Filho da Terra; em que sentido a Terra pode ser designada como mãe; liames entre globalização e planetarização; como se relacionam “ecologia” e “consciência planetária”. Delineia quais as tarefas da educação no atual contexto. Por fim, condensa os desafios e perspectivas das religiões em relação à evolução da consciência planetária, na *Carta das religiões sobre o cuidado da Terra, da Cúpula dos Povos*.

**Palavras-chave:** Consciência planetária. Ecoteologia. Sustentabilidade. Religião e cidadania.

### Abstract

This article summarizes the discussions on the relationship between planetary consciousness, sustainability and religion, taking into accounts the recent conferences and publications of SOTER, recent events of Theology, Sciences of Religion and the People's Summit (2012). The text also performs a flatness of conceptual terms involved in the issue. For this purpose, the article characterizes planetary consciousness from the Earth Charter, an overview of the topic sustainability and showing the main differences and commonalities of the major currents. It also answers to some questions and objections such as: a) is it appropriate to designate the human being as the Son of Earth? b) In what way should the earth be designated as a mother? c) What are the bonds between globalization and planetarization? d) How "ecology" and "planetary consciousness" are related? Finally, the article outlines the tasks of education in the current context and summarizes the challenges and prospects of religion in relation to the evolution of planetary consciousness in the Charter of religions regarding the care of Earth.

**Keywords:** Planetary consciousness. Ecotheology. Sustainability. Religion and citizenship.

---

Artigo recebido em 19 de maio de 2013 e aprovado em 11 de junho de 2013.

\* Doutor em Teologia (PUG, 1992), Professor de Teologia na Faculdade Jesuíta (FAJE) e no Instituto Santo Tomás de Aquino (ISTA). Coordena o núcleo de Extensão da FAJE. País de origem: Brasil. E-mail: amurad@marista.edu.br

## Introdução

O 21º Congresso Anual da SOTER (SOCIEDADE DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO, 2008) abordou o tema *Sustentabilidade da Vida e Espiritualidade*, cujas principais conferências foram editadas em livro com o mesmo título (SOTER, 2008). No ano seguinte, as editoras Paulinas e PUC Minas publicaram a obra coletiva *Consciência Planetária e religião. Desafios para o século XXI* (OLIVEIRA; SOUZA, 2009). Em 2011, o Congresso Internacional da SOTER tratou do tema *Religião e Educação para a cidadania* e se publicou livro homônimo (OLIVEIRA; DE MORI, 2011).

Em 2012, vários eventos, de cunho nacional e internacional, trataram da questão. No mês de junho aconteceu no Rio de Janeiro a *Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável* (Rio +20), que reuniu chefes de Estado e lideranças governamentais e empresariais do mundo todo. Paralelamente, aconteceu a *Cúpula dos Povos*, congregando milhares de pessoas e organizações da sociedade civil<sup>1</sup>. Meses mais tarde, lideranças de teologia e de pastoral das Igrejas cristãs se encontraram em São Leopoldo (RS) no *Congresso Continental de Teologia*<sup>2</sup>, que reuniu mais de 700 pessoas da América Latina e do Caribe. O tema da consciência planetária também veio à baila e houve uma oficina sobre *Teología y Ecología*. Pouco tempo depois, o *Simpósio Filosófico-teológico da FAJE*, em Belo Horizonte (MG), versou sobre *Filosofia, Teologia e Consciência planetária*. O assunto, tão atual, continua a mobilizar pessoas e grupos e a suscitar discussão.

O autor deste artigo tomou parte nos eventos citados. Também esteve presente em outras mesas redondas, seminários e conferências, nas quais vieram à tona várias dúvidas e questionamentos em torno de *Consciência planetária, sustentabilidade e religiões*. Levantam-se perguntas, tais como:

---

<sup>1</sup> Documento final da CÚPULA DOS POVOS (2012).

<sup>2</sup> Ver Murad: Gasda; De Mori, 2013.

- A consolidação da tecnociência e da biotecnologia indicam um distanciamento irreversível do ser humano em relação ao “natural”. A Terra seria então somente um conjunto de recursos disponíveis para a humanidade?

- O advento da consciência planetária acontece efetivamente, ou é uma teoria que expressa o desejo de algumas minorias sonhadoras?

- Como conciliar uma proposta tão otimista com a crueza dos fatos, que apontam em sentido contrário (individualismo, consumismo, consolidação dos mecanismos de concentração do capital, destruição do planeta, crescimento do fundamentalismo religioso, timidez das propostas da Rio+20)?

- O que se entende por “consciência planetária”? Situa-se no nível da ética individual ou dos grandes modelos de compreensão, denominados “paradigmas”?

- Há base científica suficiente para defender que “A Terra é nossa mãe” e “Somos filhos da Terra”? Em que sentido a Terra seria um organismo vivo, pois não se reproduz? Como os humanos são filhos da Terra, se não há alteridade no mesmo nível? Tais afirmações não remontariam antes a uma visão pré-moderna, hoje superada?

Também aparecem objeções teóricas e práticas.

- Há duas suspeitas em relação à *sustentabilidade*, vindos de direção oposta. De um lado, os que creem que a sustentabilidade será alcançada em curto prazo, com o desenvolvimento da tecnologia, da ecoeficiência, de melhorias no sistema de extração, produção, distribuição, consumo e descarte dos produtos. Segundo estes, não seria necessário ir mais longe e exigir tantas mudanças simultâneas em âmbito cultural, social e econômico. De outro lado, denuncia-se que o *desenvolvimento sustentável* é um engodo do capitalismo internacional. Dever-se-ia alterar o próprio conceito de desenvolvimento e buscar outro modelo econômico, ao mesmo tempo em que se promovam mudanças profundas nas mentes e nos corações das pessoas e das culturas.

- Na discussão e propostas de ação, não se abordaria de modo suficiente a importância da educação formal (da educação infantil à universidade), como meio imprescindível para desenvolver a cidadania planetária.

- Quando se reflete sobre o empenho das religiões em favor da consciência planetária e da sustentabilidade, aparece certa esquizofrenia entre a teoria e a prática. Em princípio, as religiões seriam as primeiras guardiãs da humanidade, em termos de valores humanos, de sabedoria e de cuidado com o planeta. Mas, o discurso predominante e a vivência das religiões parecem se refugiar no âmbito privado, onde os grandes apelos estruturais da humanidade e da Terra não encontram eco.

Tendo no horizonte tais questões, este artigo visa apresentar sinteticamente pontos consensuais e oferecer elementos para avançar na reflexão a respeito de *Consciência Planetária, sustentabilidade e religião*. Iniciemos com um conceito balizador.

*Consciência ou visão planetária significa, basicamente, a (re)descoberta de que o mundo se torna um todo, o ser humano<sup>3</sup> é membro da Terra e deve assumir a responsabilidade pelo futuro do planeta habitável.* Tal percepção se configura como um modelo de compreensão que, nos humanos, incide sobre a visão de si mesmos e das suas relações, levando a posturas, gestos, iniciativas, políticas e processos em vista da sustentabilidade. Esse caminho também repercute na experiência religiosa, na mística, na compreensão acerca da relação do ser humano com o Sagrado. Alcançar a visão planetária expressa uma significativa e ainda minoritária etapa da evolução da humanidade, implicando tarefa de expansão e aprofundamento. Espera-se que a consciência planetária contagie mais pessoas, povos e países.

---

<sup>3</sup> A categoria “ser humano” abarca cada indivíduo com sua singularidade, como também as comunidades e grupos, as culturas e os povos, que formam países e civilizações. Contempla cada indivíduo e o gênero humano. Adota-se o termo “ser humano” em substituição à clássica palavra “homem”, para superar o equívoco do androcentrismo. Embora pareça uma abstração, o termo “ser humano” reporta a homens e mulheres concretos, em sua existência pessoal e coletiva, como animais dotados e liberdade, linguagem, capacidade de aprender, herdeiros e construtores de cultura, que elaboram e reelaboram significados.

O conceito de consciência planetária é esboçado no Preâmbulo da **Carta da Terra**<sup>4</sup>, em estilo esperançoso e estimulador<sup>5</sup>:

No meio da uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a esse propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida e com as futuras gerações.

Vejamos agora os diversos elementos que compõem o conceito de *consciência planetária* e a relação entre eles.

## 1 Qual consciência?

Na linguagem comum, “estar consciente” equivale a manter-se desperto, com as funções mentais ativas. Opõe-se ao estado de sono ou qualquer outra forma de desconexão de parte dos mecanismos sensoriais. “Ser consciente de” alude a compreender determinada situação, ter as informações necessárias e saber das consequências de suas escolhas. Tem também uma conotação ética. Uma pessoa “sem consciência” não julga corretamente suas ações, distingue de forma insuficientemente o bem do mal, aparentemente não sente culpa pelos erros cometidos, nega-se a avaliar o resultado de suas ações em relação aos outros. No horizonte das ciências modernas, o termo “consciência” abarca uma multiplicidade de sentidos: psicológico, sociológico, social, histórico, de classe, ético e outros (BAPTISTA, 2009, p. 141-148). Vamos selecionar alguns deles.

---

<sup>4</sup> Disponível em CARTA DA TERRA (2013).

<sup>5</sup> Importante texto de produção coletiva, elaborado no ano de 2000 e posteriormente referendado pela UNESCO e outras importantes organizações internacionais. Entres os seus produtores, está o teólogo brasileiro Leonardo Boff, que apresenta a história do documento e os principais avanços no artigo “A carta da Terra e a consciência planetária: um olhar de dentro” (BOFF, 2009, p. 15-27).

A consciência está ligada ao *processo de compreensão*, à percepção. A pessoa tem a capacidade de assimilar, interpretar e reelaborar algo através da inteligência, levando a aperfeiçoar ou recriar conceitos, emitir juízos éticos com discernimento, relacionar fatos e teorias. A percepção influencia a maneira como vemos, julgamos, conceituamos e qualificamos as realidades subjetivas, intersubjetivas e objetivas<sup>6</sup>. Por meio dela o ser humano se apropria das informações obtidas pelos sentidos, ao interpretá-las, selecioná-las e organizá-las.

O educador ambiental Genebaldo Freire Dias utiliza a expressão “ecopercepção” (DIAS, 2004), como compreensão das principais questões socioambientais, suas causas e possíveis soluções. Na perspectiva do autor, o que está em jogo não é somente o acesso às informações, mas sim a forma como captamos as informações e as relacionamos. Ecopercepção implica uma postura ética: tomar atitudes pessoais e coletivas em vista da continuidade da teia da vida em nosso planeta. Convém notar que a consciência planetária é mais do que ecológica, pois tematiza a utopia viável de superação da exploração econômica, social, étnica e política, em favor de sociedades interconectadas com equidade, que cultivem o respeito, a tolerância, a diversidade e a cooperação.

A visão planetária, embora assumida por cada pessoa, pode ser classificada como um tipo de consciência coletiva, na acepção de Durkheim (BAPTISTA, 2009, p. 146-147). Do ponto de vista da sociologia, o termo “consciência” compreende: quem somos (autoconhecimento), o que é o mundo (conhecimento experiencial da realidade) e o que deve ser mudado nele (critérios éticos para a ação transformadora). Neste sentido, “consciência planetária” designa o conjunto de ideias e valores que fundamentam e motivam um amplo movimento social em defesa da vida na Terra. (OLIVEIRA, 2009, p. 29-30).

---

<sup>6</sup> “O conhecimento não é um espelho das coisas ou do mundo externo. Todas as percepções são, ao mesmo tempo, traduções e reconstruções celebrais com base em estímulos ou sinais captados ou codificados pelos sentidos [...]. O conhecimento, sob forma de palavra, de ideia, de teoria, é o fruto de uma tradução/reconstrução por meio da linguagem e do pensamento” (MORIN, 2002, p. 20).

A visão planetária é uma forma de “consciência crítica”, tal como é compreendida por Libanio (1979): autocompreensão do ser humano, nas suas relações intersubjetivas, comunitárias e estruturais. Libanio identifica três etapas de evolução da consciência na humanidade: o momento do objeto, o do sujeito e o social<sup>7</sup>. Posteriormente, ele acrescenta o momento da consciência ecológica. Assim, articula o pensar dialético com o quântico. Intenta ajudar as pessoas a pensarem, compreendendo os complexos mecanismos que envolvem a vida intelectual. Segundo ele, como atitude fundamental, o senso crítico é um esforço para superar as primeiras impressões, o óbvio, o imediato, o visivelmente aparente, indo às raízes da realidade. (LIBANIO, 2008).

A dimensão crítica da consciência planetária se liga àquilo que Goleman (2009, p. 36-45) chamou de “inteligência ecológica”, ao desenvolvimento de sensibilidade abrangente que permite perceber as interconexões entre as ações humanas e seus impactos ocultos no planeta, na saúde dos indivíduos e da coletividade e nos sistemas sociais. Segundo ele, trata-se de uma habilidade que se conquista coletivamente, implicando a conscientização acerca das consequências profundas do que fazemos e do que compramos, a determinação de mudar para melhor e a disseminação dos conhecimentos adquiridos

No dizer de Souza (in: OLIVEIRA e SOUZA, 2009, p.96.108): “A consciência planetária significa um estar atento aos destinos do planeta que é a nossa casa comum (.), consciente dos problemas que o afetam”. Num só movimento, a consciência plenamente atenta se encontra presente tanto a si mesma quanto à alteridade dos seres bióticos e abióticos, que constituem a ecosfera. Portanto, o termo “consciência”, aplicado à visão planetária, significa simultaneamente:

---

<sup>7</sup> Ver palestra de Libanio sobre este tema: LIBANIO, 2013 .

processo de compreensão, postura crítica, opção ética, além de modelo de interpretação ou paradigma emergente<sup>8</sup>.

## 2 Consciência Planetária

A *planetarização* consiste num movimento crescente e irreversível de conexão de homens e mulheres dos diversos cantos da Terra, que caminham para constituir uma história única. Elemento mais visível desta configuração é a *globalização* da economia. Os mercados locais se tornam cada vez mais interdependentes. Um produto globalizado é elaborado com componentes de diversas partes do mundo e se destina também a distintos mercados, obedecendo a parâmetros internacionais. As bolsas de valores estão de tal forma interligadas, que uma crise regional, o aumento do PIB ou a alteração da taxa de desemprego de determinado país rapidamente repercutem em muitos outros. Alterações climáticas e mudanças de produtividade rural provocam instabilidade no preço de commodities agrícolas em distintas partes do mundo.

A globalização da economia é colocada pelo capitalismo internacional como a grande impulsionadora do crescimento da humanidade, pois possibilitaria o acesso crescente a produtos e serviços, com valor agregado e menor custo, além de estimular o empreendedorismo, a inovação e a livre concorrência. Todos ganhariam com a globalização. É verdade que o mercado globalizado trouxe inúmeras vantagens, mas tal discurso mascara sua face sombria. Nos últimos vinte anos concentrou-se drasticamente o número das grandes corporações mundiais, que efetivamente “dão as cartas” no jogo da economia mundial. A voracidade, a volatilização e liberdade absoluta do capital financeiro causam “insegurança global”, endividamento e recessão até em países ricos. O fantasma do

---

<sup>8</sup> Paradigma seria “modelo, visão de mundo, valores ou sistema conceptual que vai se impondo, progressivamente, aos indivíduos e grupos, ou, mais precisamente, às comunidades de pesquisadores” (BAPTISTA, 2009, p. 150). O autor apresenta um panorama da discussão a respeito dessa categoria e seu uso na teologia, nas p. 150-158.

desemprego se torna real em economias tidas até então como estáveis e seguras. A rápida evolução da biotecnologia revela-se ambígua e perigosa.

Diante de crises cíclicas ou imprevisíveis, o mercado global reinventa suas configurações, nas quais se dispõem economias consolidadas, emergentes, em crise, decadentes, dependente ou subalternas. Não interessa o enorme contingente populacional da África subequatorial e dos países pobres da América Latina, se estes não se enquadram nos padrões necessários do mercado. Eles simplesmente não contam. Em que consiste o mundo “desenvolvido”? Aquele que segue o modelo de produção, consumo e descarte, inspirado pelo mercado globalizado. E este se realiza à custa da exploração desmedida dos bens e dos serviços ambientais. Por isso, levanta-se a necessidade de uma governança global, que estabeleça critérios, mecanismos de controle e metas para evitar o caos, favorecer a equidade entre os povos e o equilíbrio ecológico.

Afirmar que a consciência planetária caracteriza o momento atual pode parecer algo ingênuo ou demasiadamente otimista. Várias macroanálises vão na direção oposta, ao apontar aspectos tenebrosos do nosso tempo, tais como: fragmentação dos indivíduos, subjetivismo, perda da identidade, relativismo ético, dissolução de valores, expansão das “redes do mal” (como os tráficos de pessoas, de armas e de drogas), fundamentalismo religioso, intolerância étnico-cultural, distância intergeracional e destruição dos ecossistemas sem a devida reação humana. Ora, os que defendem que há um caminhar da humanidade em direção à consciência planetária não negam o quadro cinzento do cenário mundial. No entanto, há um olhar positivo, que reconhece o irromper de algo novo, embora minoritário e carregado de riscos e ambiguidades, que diz respeito a cada pessoa e à humanidade, como coletividade.

O mundo torna-se cada vez mais um todo. Cada parte do mundo faz, mais e mais, parte do mundo e o mundo, como um todo, está cada vez mais presente em cada uma de suas partes. Isso se verifica não apenas para as nações e povos, mas para os indivíduos. Assim como cada ponto de um

holograma contém a informação do todo da qual faz parte, também, doravante, cada indivíduo recebe ou consome informações e substâncias oriundas de todo o universo (MORIN, 2002, p. 67).

Em meio a tantas manifestações em sentido contrário, a planetarização acontece. Estreitam-se os laços entre pessoas, culturas, povos e nações e cresce o consenso de que a humanidade deve superar as fronteiras geopolíticas. Proliferam as redes presenciais e virtuais. De muitas formas, estreita-se o contato do oriente com o ocidente. O Fórum Social Mundial ocasiona o encontro de milhares de pessoas e organizações, reunidas em torno da causa de que “Outro mundo é possível e necessário”. Ensaiam-se espaços de diálogo inter-religioso, a ponto de se propor uma teologia intercrente ou *interfaith* (VIGIL, 2011, p. 281). Melhoram as condições de transporte, de forma a facilitar o contato entre pessoas e grupos. Populariza-se a internet, e com ela se abrem amplas vias de disseminação de informação e de contatos sociais. Crescem iniciativas de *Open Innovation*, de partilha de saberes e de conhecimentos. A mente humana, que porta o pior perigo para o cenário mundial, traz também as melhores esperanças.

O conceito de *consciência planetária* tem elementos intercambiáveis com o de *cidadania planetária*. No primeiro caso, a ênfase recai na originalidade da percepção e da sensibilidade ética, na emergência de um novo paradigma civilizacional, nos processos de mudança nas mentes e nos corações. No segundo caso, acentuam-se as práticas transformadoras, a nova forma de estar e de atuar com os outros na biosfera, a organização da sociedade com os Direitos Humanos e os Direitos da Terra, que configuram uma civilização original. “A consciência planetária e a necessidade de todos lutarem por uma civilização planetária, nascidas dessa nova visão de mundo, produzem um novo ethos mundial.” (BAPTISTA, 2009, p. 160).

Ecologia e consciência planetária são termos correlacionados<sup>9</sup>. O primeiro compreende no mínimo três diferentes realidades, intimamente relacionadas (MURAD, 2008): a ecologia como ciência, como paradigma e como ética para a sustentabilidade. A ecologia se desenvolveu nos últimos cem anos como um saber acerca da relação entre todos os seres (bióticos e abióticos), que torna possível a continuidade da vida no planeta. Ao estudar de forma sistêmica as redes que constituem a biosfera, a ecologia possibilitou ao ser humano compreender-se dentro da teia da vida, superando assim a miopia do antropocentrismo. Ademais, criou-se um vigoroso movimento de cidadãos e organizações, que se mobilizam para denunciar a destruição do ecossistema e lutar, em vários níveis, pela qualidade do ambiente físico e biológico. No termo “consciência planetária”, por sua vez, acentua-se a superação das fronteiras locais, a ampliação de horizontes para um mundo uno, os processos comunicativos que rompem com compreensão tradicional de tempo e de espaço, a intensificação da teia humana que se tece na diversidade étnica, cultural, de gênero, sexual, generacional, inter-religiosa e multiconfessional.

### 3 O gênero humano: membro da Terra?

Alguns autores utilizam a expressão “*filho(a) da Terra*” para expressar a relação de pertença do ser humano à biosfera<sup>10</sup>. Importa esclarecer que o termo tem conotação *analógico-simbólica*, e não unívoca. Os humanos necessitam de outros seres para viver e existem em interdependência com eles. Basta recordar como se passa uma jornada diária de alguém, mesmo que seja em contexto urbano longe das matas e dos rios, para perceber isso. Continuamente recorremos aos serviços ambientais. Necessitamos dos seres abióticos para nos manter vivos: a água, o solo, o ar e a energia do sol. Nosso corpo está povoado de micro-organismos, sobretudo as bactérias que atuam no estômago e no intestino,

---

<sup>9</sup> Ver o lúcido artigo de Pedro Ribeiro de Oliveira (2008), especialmente p. 66-77.

<sup>10</sup> Veja, por exemplo, a visão de BOFF (2010, p. 62-68) no breve capítulo: “Argumentos em favor da Terra como mãe”.

transformando os alimentos em nutrientes assimiláveis. Alimentamo-nos de plantas cultivadas e de animais criados em cativeiro. Em momentos especiais, experimentamos a beleza da lua cheia, o fascínio de uma cachoeira ou das ondas do mar, a serenidade e o silêncio de um bosque de área de conservação, o canto e as cores dos pássaros. Nessas ocasiões, sentimo-nos irmanados aos outros seres, bióticos e abióticos.

Leonardo Boff, em várias de suas obras, recorda que todos os seres vivos, desde as bactérias até o mais complexo dos mamíferos, “possuem o mesmo alfabeto genético constituído por trinta aminoácidos e quatro ácidos nucleicos. Apenas a variação das letras deste alfabeto origina a diversidade dos seres”. Neste sentido, conclui o teólogo, “todos entre si são parentes, primos e irmãos e irmãs” (BOFF, 2009, p. 25). Somos “filhos da Terra”, pois nossa espécie apareceu depois de um longo processo de evolução da matéria e dos seres vivos no nosso planeta. De forma simples, diz-se que se comparado a um dia de 24 horas, o *Homo Faber* surgiu no último minuto. Teilhard de Chardin desenvolve, de forma brilhante, como a consciência e o espírito não são a negação da matéria, mas novo umbral de sua evolução:

O animal sabe. Mas não sabe que sabe. Senão, há muito tempo teria multiplicado as invenções e desenvolvido um sistema de construções internas. A consciência aparece com completa evidência apenas no Homem (..) Portanto, entrevista nesse único clarão, ela tem uma extensão cósmica, e, como tal, aureola-se de prolongamentos espaciais e temporais indefinidos. A vida, porque subida da consciência, não podia continuar avançando indefinidamente em sua linha sem se transformar em profundidade. Ela devia (..), assim como toda grandeza crescente no Mundo, tornar-se diferente para permanecer ela mesma. (TEILHARD DE CHARDIN, 1994, p. 105).

Pode-se dizer que o ser humano *é a Terra*, enquanto pensa, age, sente, atua, confere sentido e comunica-se com a linguagem, representa suas interações com os outros seres através de símbolos e conceitos. Somos parte integrante e consciência reflexa da *comunidade de vida* no nosso planeta. Na linha da “Carta da Terra”, relativizam-se as diferenças entre as espécies e se realça a igualdade do princípio

vital que as unifica. Nisto consiste o núcleo da consciência planetária: todos os viventes formam uma única comunidade de vida, interdependente e solidária. (OLIVEIRA, 2009, p. 40).

Por outro lado, o ser humano *não é a Terra*. Diferentemente dos outros seres vivos, não temos um lugar definido na cadeia alimentar. Não absorvemos e transformamos energia diretamente do sol. Para o metabolismo, necessitamos de matéria e de energia, que inicialmente são retirados dos ecossistemas. Mais do que instintos, os humanos tem pulsões, que são condicionadas pela cultura. Suas características próprias, como linguagem, consciência reflexa, enorme capacidade de aprendizagem, estrutura cerebral extremamente complexa conferem-lhe um distanciamento em relação aos outros seres e ao próprio planeta, como entidade biosférica. Edgar Morin resume esta convicção: nós, os humanos, provamos simultaneamente o enraizamento no cosmos físico e na esfera viva, e o desenraizamento que nos é próprio. Ao mesmo tempo, estamos dentro e fora da natureza (MORIN, 2002, p. 50), em co-participação e distanciamento.

O ser humano é igualmente um ser estranho ao planeta, porque é simultaneamente natural e sobrenatural. Natural, em virtude de seu duplo enraizamento: o cosmos físico e a esfera dos seres vivos; sobrenatural porque padece simultaneamente de certo desenraizamento e de uma estrangeiridade atribuídos às próprias características da humanidade, da cultura, das religiões, de espírito e de sua própria consciência. (MORIN; CIURANA; MOTA, 2003, p. 64).

Da relação da humanidade com a terra, brota uma questão polêmica: aceitar que nosso planeta seja considerado como uma entidade própria, algo mais do que a soma dos seus ecossistemas, do meio físico e biológico. Alguns pesquisadores rejeitam a imagem da “Pachamama”, da “Mãe Terra”, por considerá-la mitológica e pré-científica. Na direção oposta vai a Teoria de Gaia, popularizada por James Lovelock, que considera nosso planeta como super-organismo vivo. Segundo ele:

Gaia é o nome da Terra, entendida como um sistema fisiológico único, uma entidade que é viva pelo menos até o ponto em que, assim como os outros organismos vivos, os seus processos químicos e a sua temperatura regulam-se automaticamente em um estado favorável aos seus habitantes. (LOVELOCK, 2006, p. 12). [...] A evolução dos organismos se encontra tão intimamente articulada com a evolução do seu ambiente físico e químico que, juntas, constituem um único processo evolutivo, que é auto-regulador. (LOVELOCK, 2006, p. 25).

A teoria da Gaia tem sofrido muitas críticas, algumas das quais rebatidas pelo próprio Lovelock. Talvez o ponto central resida no conceito de “vida”. Na perspectiva do neodarwinismo, a vida se caracteriza como a propriedade de entidades moleculares orgânicas para crescer e se reproduzir. Na visão do bioquímico, um organismo vivo utiliza energia livre, da luz do sol ou dos alimentos para crescer segundo seu código genético. Ora, então a Terra não poderia ser um super-organismo vivo, pois não cresce nem se reproduz. Para Lovelock, no entanto, a vida seria a propriedade de um sistema limitado, aberto a um fluxo de energia e de matéria, que mantém as suas condições internas constantes, mesmo que haja alteração nas condições externas. Neste sentido, a Terra é considerada um (super)organismo vivo<sup>11</sup>.

A humanidade não é filha da Terra, em sentido estrito, sob o ângulo biológico, que diz respeito à estrutura genética e à experiência reprodutiva. Também não estabelece relação de filiação com o planeta, do ponto de vista psicológico, pois está ausente a alteridade no mesmo nível. Há uma relação assimétrica. “Filiação” expressa antes a procedência no processo evolutivo e a interdependência do ser humano com os outros seres, no ciclo de matéria e energia, que constituem os ecossistemas e a biosfera<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> Ver também os argumentos do autor e a história de suas descobertas em Lovelock, 2006, p. 27-46.

<sup>12</sup> Importa distinguir *ecossistema* de *biosfera*. Segundo Callenbach, “dentro de um ecossistema há organismos que realizam a fotossíntese para seu crescimento e para produzir alimentos para outros, e organismos de decomposição que reciclam os elementos básicos da vida. Um ecossistema é capaz de realizar o ciclo completo dos elementos essenciais (carbono, nitrogênio, oxigênio, fósforo e enxofre). Os nutrientes reciclam-se, passando dos organismos vivos a detritos orgânicos e voltando a outros organismos vivos. A energia flui para dentro e para fora (como calor). Todos os ecossistemas da Terra tomados em conjunto constituem a biosfera/ecosfera” (CALLENBACH, 2001, p. 72-73).

Convém recordar que o planeta, se entendido como unidade com identidade própria, age também como “madrasta”, quando acontecem terremotos e tsunamis e outras catástrofes ambientais destruidoras, que não são consequência de ação antrópica.

Quando o ser humano assume a responsabilidade pela Terra habitável, reconhece que é chamado a sustentar quem o sustenta<sup>13</sup>. Nasce nova compreensão de alteridade, autonomia e reciprocidade, em relação aos outros seres e à ecossfera.

#### **4 De dominador a habitante**

A humanidade estabelece com os ecossistemas muitas formas de relação, além da irmandade/filiação e da consciência reflexa. Inegavelmente, as civilizações surgiram e cresceram à custa da apropriação do espaço no qual antes habitavam outros seres vivos, como plantas e animais. Toda civilização é, de certa forma, uma ocupação. A *dominação* sobre o ambiente faz parte da história dos humanos sobre o planeta.

A reflexão sobre consciência planetária deve considerar que, desde que emergiu como ser consciência e construtor de história, o ser humano exerce sobre o ambiente uma ação de dominação, de ocupação, de apropriação. O que se coloca em questão são as consequências nefastas do imenso poder de intervenção da ciência aplicada (tecnociência) sobre os ecossistemas, a serviço do mercado globalizado, movido pela febre de produzir-consumir-descartar, com crescente demanda por energia. A dominação se tornou irracional, ilimitada, a ponto de colocar em cheque as condições ideais de continuidade do ciclo de vida na Terra.

---

<sup>13</sup> Cf. a bela reflexão teológico-trinitária de Susin (2008), especialmente, p. 208-214.

É notório o impacto ambiental<sup>14</sup> negativo, causado pelos humanos sobre a comunidade de vida. Broswimmer (2005, p. 65-100) na obra “Ecocídio” mostra como várias civilizações pré-modernas chegaram ao caos devido à superexploração da comunidade de vida. Tal risco se multiplica exponencialmente na atualidade, devido à capacidade da tecnociência de criar novos produtos e serviços que consomem quantidades incríveis de matéria e energia e produzem resíduos, à criação de novos produtos químicos e seu uso intensivo em vários âmbitos, e à globalização do mercado. Atribui-se ao prêmio Nobel de química, Paul Crutzen, o termo “antropoceno”, para designar o período atual da história do planeta no qual as atividades humanas interferem profundamente na biosfera, ao ponto de ser considerado como uma nova era geológica.

O planeta Terra é também designado como “Casa comum”. O termo ecologia já nos reporta a essa expressiva imagem da casa (oikos), relacionado com o termo técnico “habitat”. Nós habitamos a Terra junto com outros seres. Habitar, para o ser humano, significa transformar determinado local em espaço de convivência, de trabalho e de descanso. A habitação circunscreve um determinado espaço, que, em duplo sentido, é apropriado por uma pessoa ou uma comunidade como “seu”. Isso não significa posse exclusiva e sim pertença recíproca.

O lugar e a casa onde habitamos fazem parte de nós, da teia de significados e símbolos que construímos continuamente. Morar no topo de uma montanha é diferente de habitar à beira do mar ou no meio do cerrado. O ambiente nos envolve e fazemos parte dele, como também o transformamos com o olhar estético. A casa ameniza as intempéries do sol intenso e quente ou do vento frio e cortante. As paredes, as janelas e a porta da casa delimitam o campo da intimidade familiar, em contraposição ao exterior<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> Impacto ambiental é a “alteração da qualidade ambiental que resulta da modificação de processos naturais ou sociais provocados por ação humana” (SÁNCHEZ, 2008, p. 32). O impacto ambiental pode ser causado por atuação que implica: (a) supressão de certos elementos do ambiente, (b) inserção de novos elementos artificiais ou naturais exóticos ao ecossistema, ou (c) sobrecarga, introdução de fatores de estresse além da capacidade de suporte do meio, que gera desequilíbrio (p.31-32).

<sup>15</sup> Cf. a bela reflexão de LAMY (1996, p. 103-120), no capítulo intitulado *A casa, nicho ecológico do homem*.

Afetivamente, associamos a estrutura física da casa à morada, ao lar, ao “nosso cantinho”. No lar nos sentimos protegidos e acolhidos. Em sentido simbólico, a Terra é o grande lar onde a humanidade habita.

O nosso planeta e o seu céu constituem o nosso “ninho ecológico” [...] Habitamos este espaço e povoamo-lo com os nossos corpos e os nossos sonhos, com desejos e temores. Habitamo-lo e transformamo-lo; ele tornou-se a nossa segunda pele e o duplo de cada um de nós. É neste “nicho” de vida que nos refugiamos e construímos nossos recantos [...], as nossas Babilônias e Jerusaléns (LAVIGNE, 1996, p. 55).

A Terra provavelmente sobreviverá à somatória de impactos ambientais do antropoceno e as espécies restantes se adaptarão às novas condições, como aconteceu em outras eras geológicas. Mas a espécie humana corre o sério risco de desaparecer ou de se reduzir drasticamente, nos próximos 100 anos.

Porque fazemos parte da Terra e nela moramos, causamos impactos antes inimagináveis e podemos agir de outra forma, se diz que somos *responsáveis pela Terra habitável*. A sustentabilidade do planeta se transforma em questão fundamental para a continuidade dos humanos na “Casa comum”.

## 5 Pegada ecológica e sustentabilidade

Autores recentes usam o termo “pegada ecológica”, para avaliar as consequências do consumo humano e quanto é necessário de matéria e energia para refazer o equilíbrio nos ecossistemas<sup>16</sup>. O conceito de *Ecological footprint* foi desenvolvido por Wackernagel e Rees (2001). Segundo eles, a sustentabilidade requer que vivamos dentro da capacidade produtiva da natureza. Usando uma metáfora econômica: trata-se de aprender a viver da renda gerada pelo capital

<sup>16</sup> A pegada ecológica é uma forma de traduzir, em hectares (ha), a extensão média de território que uma pessoa ou toda uma sociedade utiliza para se sustentar. Considera os tipos de territórios produtivos (agrícola, pastagens, oceano, florestas, áreas construídas) e as formas de consumo (alimentação, habitação, energia, bens e serviços, transportes e outros). Cada tipo de consumo é convertido, por meio de tabelas específicas, em uma área medida em hectares. Incluem-se também áreas usadas para receber os resíduos gerados e a quantidade de terra e água para animais, plantas e ecossistemas. Mais informações em WWF Brasil, 2013.

natural. Este inclui os recursos naturais, a capacidade de assimilação de resíduos necessários para manter a atividade econômica humana, os processos biofísicos e relações entre componentes da ecosfera que proporcionam serviços essenciais para as funções de suporte vital do planeta (WACKERNAGEL; REES, 2001, p. 54) Assim, a contrapartida à pegada ecológica humana seria “a área correspondente de terra produtiva e ecossistemas aquáticos necessários para os recursos utilizados e para assimilar os resíduos produzidos por uma dada população, sob determinado estilo de vida” (DIAS, 2002, p. 31).

A responsabilidade pela Terra Habitável se traduz no empenho pela sustentabilidade. Nos últimos anos, discutiu-se muito sobre o tema e se escreveram obras em torno da sustentabilidade, em diferentes áreas do saber, como a engenharia ambiental (BRAGA, 2005), a educação na escola (LEGAN, 2007), a gestão ambiental nas organizações (ABDALLA DE MOURA, 2008), a ética filosófica (PELIZZOLI, 2002), a geografia (CAMARGO, 2005), a agricultura (McNEELY; SCHERR, 2009), o direito ambiental (SIRVINSKAS, 2010), a economia (VEIGA, 2010).

Adotamos o conceito de sustentabilidade formulado por Leonardo Boff:

Sustentabilidade é toda ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a Terra viva, a comunidade de vida e a vida humana, visando sua continuidade e ainda atender as necessidades da geração presente e das futuras, de tal forma que o capital natural seja mantido e enriquecido em sua capacidade de regeneração, reprodução e coevolução. (BOFF, 2012, p.107).

Outros autores caracterizam a sociedade sustentável como: economicamente factível, ecologicamente apropriada, socialmente justa, culturalmente diversa e inclusiva. Ora, como a proposta da sustentabilidade se articula com a economia de mercado globalizado? No cenário tão plural e instável, três tendências se destacam: desenvolvimento sustentável dentro dos parâmetros gerais do sistema, alternativas viáveis que abram novas perspectivas, crítica radical

ao sistema. Alguns atores sociais oscilam entre o primeiro e o segundo modelo, dependendo do momento histórico e dos seus interlocutores.

## 5.1 Desenvolvimento sustentável

Segundo esta versão, desenvolvida na ética dos negócios, o desenvolvimento sustentável seria conquistado com iniciativas simultâneas no “triple botton line”: econômico, ambiental e social, correspondentes aos três pês: Profit, Planet, People. A bandeira da sustentabilidade, inicialmente empunhada por ambientalistas, passa a ser assumida por empresários e, em menor grau, pelos governos.

No Brasil, várias empresas investem em produção mais limpa, mudanças no design dos produtos, otimização das fontes energéticas, redução ou compensação dos impactos ambientais na implantação de um empreendimento, etc. Entre tantos protagonistas do “desenvolvimento sustentável”, citam-se Fernando Almeida, o Instituto Ethos e o Conselho Empresarial Brasileiro para o desenvolvimento sustentável (CEBDS), e inúmeras iniciativas de formação e pesquisa em Gestão ambiental. Nesta perspectiva, Almeida (2002, p. 160-166) resume os principais indicadores para o desenvolvimento sustentável das empresas: econômicos (produção e lucro), ambientais (consumo de energia, de materiais e de recursos naturais; geração de emissões, efluentes e resíduos; produtos e serviços) e sociais (de ordem funcional, laborial e de benefícios à comunidade).

Em âmbito internacional, a obra coletiva “Capitalismo natural” (HAWKEN; LOVINS; LOVINS, 1999) simboliza uma grande virada no interior do tema<sup>17</sup>. Os autores mostram que o modelo econômico hegemônico lida conscientemente com três tipos de capital: *humano* (na forma de trabalho e inteligência, cultura e organização), *financeiro* (dinheiro, investimentos e instrumentos monetários) e *manufaturado* (infra-estrutura, máquinas, ferramentas e fábricas). Mas deve

---

<sup>17</sup> Apresentação do livro e material complementar disponível em HAWKEN; LOVINS; LOVINS, 2013.

também considerar o *capital natural*, constituído de recursos, sistemas vivos e os serviços do ecossistema (HAWKEN; LOVINS; LOVINS, 1999, p. 4). O livro apresenta as quatro estratégias do capitalismo natural: (a) Implementar ao máximo a produtividade dos recursos humanos e naturais; (b) Praticar o biomimetismo (inspirado na natureza, otimizar os ciclos de vida dos produtos, com reciclagem e redução do desperdício de matéria e energia); (c) Alterar fundamentalmente a relação entre produtor e consumidor (de uma economia de bens e de aquisições para uma de serviços e de fluxos); (d) Reinvestir na sustentação, na restauração e na expansão do estoque do capital natural. (HAWKEN; LOVINS; LOVINS, 1999, p. 9-19).

Basta percorrer o livro “Capitalismo Natural” para perceber que os autores transitam entre a primeira e a segunda posição. Assumem-se como pessoas inseridas no capitalismo, criticam seus limites e propõem alternativas viáveis que alteram alguns elementos do próprio sistema. Quando tratam do automóvel (cap. 2, p. 20-45), não somente apresentam as soluções tecnológicas para reduzir os efeitos danosos dos veículos privados, mas indicam medidas ligadas à mobilidade urbana e à própria concepção da cidade. O mesmo se constata na reflexão sobre os alimentos (cap. 10, p.177-198) e segurança hídrica (cap. 11, p. 199-218).

A proposta do “desenvolvimento sustentável” tem a vantagem de oferecer alternativas viáveis, que procuram conciliar os interesses da economia com os da ecologia, crescimento da economia e cuidado com o meio ambiente. Apresenta o risco real de degradar-se em “marketing verde”, que mascara o impacto ambiental negativo da organização e do próprio capitalismo global. Não se tornaria o “desenvolvimento sustentável” um novo produto simbólico que o capital neutralizou e reificou em seu benefício? Quem analisa os relatórios de sustentabilidade de grandes empresas, com olhar técnico e crítico, percebe que várias delas selecionam os dados e as informações, de forma a apresentar um quadro que não corresponde à realidade.

É temerário fazer uma crítica generalizada à proposta do desenvolvimento sustentável, como se todos os empresários e governos nele envolvidos fossem oportunistas. A situação do planeta é tão grave, que é necessário somar a contribuição de cada agente social. Neste campo, aplicam-se também os princípios da valorização da diversidade e exercício do diálogo, constitutivos do movimento planetário. (Ver MAWHINNEY, 2005). De outro lado, como denunciou o documento final da Cúpula dos Povos na Rio+20, o capitalismo tem responsabilidade pela crise global.

O grande desafio da sustentabilidade reside na implementação de uma governança global, que valide as boas práticas, crie regras com força de obrigação, imponha limites ao capital financeiro e estabeleça metas sócio-ambientais. Após avanços significativos, nas Conferências das Partes sobre Clima, Biodiversidade, Desertificação, Mares e Oceanos, passamos por um momento de imobilidade. O resultado pífio da Rio +20 e a lentidão para adotar um novo acordo global para reduzir as emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa) preocupam a todos os que se empenham pelas questões planetárias atuais.

## 5.2 Busca do “inérito viável” da sustentabilidade

Tornou-se conhecido em várias partes do mundo o vídeo “História das Coisas” (The Story of Stuff), depois transformado em livro, que narra, de forma didática, como o processo de extração, produção, distribuição, consumo e descarte dos produtos “vai de encontro aos limites da capacidade planetária de sustentar a vida” (LEONARD, 2011, p. 13). A crítica de fundo, apontada também por Fritjof Capra, é esta: a lógica da economia de mercado globalizado é linear, enquanto que a lógica dos ecossistemas é cíclica<sup>18</sup>. A economia precisa crescer sempre, e a forma mais comum de suscitar o crescimento econômico é estimular o consumo. Ora,

---

<sup>18</sup> Segundo F. Capra, um dos principais conflitos entre a economia e a ecologia vem do fato de que a natureza é cíclica, enquanto que os sistemas industriais são lineares. As atividades comerciais extraem recursos, transformam-nos em produtos e em resíduos, e vendem os produtos para os consumidores, que descartam ainda mais resíduos depois de ter consumido os produtos. Ora, os padrões sustentáveis de produção e de consumo precisam ser cíclicos, imitando os processos cíclicos da natureza. Para conseguir esses padrões cíclicos, é necessário replanejar radicalmente a economia. Ver: ECOALFABETIZAÇÃO..., 2009.

quanto mais se consome, mais intenso é o impacto ambiental negativo sobre o meio ambiente. Qual seria então a alternativa?

Paulo Freire cunhou a expressão “inédito viável”, para expressar como homens e mulheres podem ir além das “situações-limite” e transformar as utopias em sonho possível, empenhando-se em práticas transformadoras<sup>19</sup>. O tema da sustentabilidade se torna hoje um *inédito viável*. Surgem propostas conceituais, como “ecodesenvolvimento<sup>20</sup>”, “ecosocialismo”, “desenvolvimento ao ponto sustentável<sup>21</sup>”. Dada sua ambiguidade, abandona-se o termo *desenvolvimento sustentável* e se privilegia *sustentabilidade*.

Tão importantes quanto os conceitos, se revelam as alternativas em andamento, que sinalizam, conforme o mote do Fórum Social Mundial: “um outro mundo é possível e necessário”. O geólogo e economista brasileiro (MÉRICO, 2008), em obra sintética e de linguagem acessível, apresenta uma série de procedimentos, alguns testados e em funcionamento, que interligam economia e organização dos ecossistemas. Eles são distribuídos ao longo dos capítulos em: produção, varejo, consumo, compras públicas, investimentos públicos, biocomércio, pagamento de serviços ambientais, comércio internacional, governança ambiental global.

Em outra perspectiva, Braun (2001) apresenta os princípios e a forma de funcionamento das Ecovilas e desenvolve temas correlatos, como permacultura e dinheiro verde. Proliferam no Brasil as experiências bem sucedidas de socioeconomia solidária, que atuam sobre os princípios de autogestão, comércio

---

<sup>19</sup> Ver o comentário em REINVENTANDO...,2013.

<sup>20</sup> Conforme GADOTTI (2009, p. 65), citando Gustavo Lima, o ecodesenvolvimento teria os seguintes princípios: satisfação das necessidades básicas da população, solidariedade com as gerações futuras, participação da população envolvida, preservação dos recursos naturais e do meio ambiente, elaboração de um sistema social com equidade, segurança e respeito às culturas, e programas de educação.

<sup>21</sup> Segundo BRAUN (2005, p.12), o desenvolvimento ao ponto sustentável corresponde a alcançar o ponto de equilíbrio entre os componentes natural, social e econômico. Isso requer, ao mesmo tempo, a busca de equilíbrio interno, do complexo corpo-mente-espírito.

justo, cuidado com o ambiente e outras<sup>22</sup>. Na Cúpula dos Povos, acontecida em junho de 2012 durante a Rio+20, centenas de grupos partilharam experiências de agricultura sustentável, redes solidárias de produção e de consumo, processos de coleta e reciclagem de resíduos, alternativas energéticas, etc. A esperança está fundada em sonhos possíveis. Na carta final da Cúpula dos Povos se diz: “As alternativas estão em nossos povos, nossa história, nossos costumes, conhecimentos, práticas e sistemas produtivos, que devemos manter, revalorizar e ganhar escala, como projeto contra-hegemônico e transformador”.

### 5.3 Desconstrução do “desenvolvimento”

Para uma corrente crítica, a economia de mercado estaria na raiz dos grandes problemas econômico-sociais e ambientais. Assim se expressa a Carta Final da Cúpula dos Povos de 2012:

As múltiplas vozes e forças que convergem em torno da Cúpula dos Povos denunciam a verdadeira causa estrutural da crise global: o sistema capitalista patriarcal, racista e homofóbico. [...] As corporações transnacionais continuam cometendo seus crimes com a sistemática violação dos direitos dos povos e da natureza com total impunidade. Da mesma forma, avançam seus interesses através da militarização, da criminalização dos modos de vida dos povos e dos movimentos sociais promovendo a desterritorialização no campo e na cidade. [...] O capitalismo também leva à perda do controle social, democrático e comunitário sobre os recursos naturais e serviços estratégicos, que continuam sendo privatizados, convertendo direitos em mercadorias e limitando o acesso dos povos aos bens e serviços necessários à sobrevivência<sup>23</sup>.

Nessa linha, a transformação da economia deve ser radical, a ponto de superar a ilusão moderna do desenvolvimento econômico infinito, medido pelas taxas de PIB, pelo aumento de produção e consumo. A Terra não aguenta o crescimento ilimitado. As contribuições de um seminário, realizado em Paris em 2002, intitulado “Desfazer o desenvolvimento para refazer o mundo”, foram

---

<sup>22</sup> Ver algumas publicações em torno da economia solidária, destinadas às lideranças populares, pesquisando a expressão “cartilha” em FÓRUM..., 2013.

<sup>23</sup> Ver CÚPULA DOS POVOS, 2012.

reunidas em obra homônima (LLENA et al., 2009). As propostas são, no mínimo, provocantes. Segundo os autores, o assim chamado “desenvolvimento” representa um problema, e não o remédio para a mundialização. Faz-se necessário acabar com a ideologia do progresso. Tratar-se-ia de ir em direção oposta à economia de mercado. Em vez de expansão, redução de produção, de consumo e de descarte. Favorecer os núcleos de produção local e regional e não o mercado internacional. Desglobalizar!

Há aspectos positivos na proposta. Ela sinaliza a necessária diversidade cultural, rompendo com a ocidentalização do mundo. Estimula o protagonistas de sujeitos populares, a economia informal, a auto-suficiência. Sugere a reapropriação do dinheiro, do comércio e do financiamento. No entanto, persiste a dúvida a respeito de sua viabilidade.

Na prática, as três tendências não se apresentam de forma rígida. O mesmo ator social, seja o empreendedor de economia solidária, o dono de uma indústria, uma organização de serviços, ou um governo local, em determinado momento focará seus esforços no inédito viável. Em outro, fará pequenas mudanças, ou então carregará as tintas na crítica ao sistema. O mais importante está aqui: a emergência da consciência planetária postula o empenho pela sustentabilidade. Não se trata de um conceito acadêmico, mas sim de força matriz que estimula atitudes individuais, processos educativos, políticas públicas, gestão ambiental nas organizações e governança corporativa global.

## **6. Educação para a cidadania planetária**

Estranhamente, a *Cúpula dos Povos* na Rio +20, evento tão amplo e significativo para a humanidade, não contemplou a importância da educação para a sustentabilidade, por meio das instituições educacionais e de outros mecanismos de formação das novas gerações. Hoje, é imprescindível incluir a escola, a

universidade, os centros sócioeducativos, os espaços alternativos de educação popular e também os processos de iniciação à fé nas Igrejas cristãs e nas religiões. Ou se educa as novas gerações para a cidadania planetária, ou ficaremos estagnados.

Felizmente, há muitas experiências significativas no mundo e literatura em constante produção acerca da educação. Faremos aqui, a título de exemplo, somente um recorte de publicação que marcou a diferença: a obra de Francisco Gutiérrez e Cruz Prado, *Ecopedagogia e cidadania planetária* (2002). O livro se inicia com a contribuição de Moacir Gadotti. Segundo ele, cidadania planetária “é uma expressão que abarca um conjunto de princípios, valores, atitudes e comportamentos e demonstra uma nova percepção da Terra como uma única comunidade” (GADOTTI, 2002, p. 22). A cidadania planetária não é somente ambiental, pois também tem como foco “a superação da desigualdade, a eliminação das sangrentas diferenças econômicas e a integração da diversidade cultural da humanidade”. É uma cidadania integral. Implica a luta por uma democracia planetária (GADOTTI, 2002, p. 23). Exige-se “o desenvolvimento de novas capacidades como vibrar emocionalmente, inter-conectar-ser e pensar em totalidade”. Ela nos levará a construir “uma cultura da sustentabilidade, uma biocultura, uma cultura da vida, da convivência harmônica entre os seres humanos e entre estes e a natureza” (GADOTTI, 2002, p. 23-24).

Neste contexto, faz-se necessária a Ecopedagogia:

pedagogia que promove a aprendizagem do sentido das coisas a partir da vida cotidiana, [...] que significa “facilitar, acompanhar, possibilitar, recuperar, dar lugar, compartilhar, inquietar, problematizar, relacionar, reconhecer, envolver, comunicar, expressar, comprometer, entusiasmar, apaixonar, amar [...] As pessoas e o planeta precisam ser salvos no mesmo projeto de futuro da própria humanidade. (GADOTTI, 2002, p. 24).

Gutiérrez e Prado (2002, p. 30-31) defendem que a pedagogia das instituições de ensino implica nova forma de conhecer, que integre sentimentos e razão, pensar e ação. Ela deve resgatar a harmonia perdida pelo pensamento focal e

fragmentado. Isso supõe nova maneira de ver, focalizar e viver as relações com a Terra e com tudo o que a consciência planetária supõe: “tolerância, equidade social, igualdade de gêneros, aceitação da biodiversidade e promoção de uma cultura da vida a partir da dimensão ética” (GUTIÉRREZ; PRADO, 2002, p.31). Exige-se então “profunda mudança de valores, relações e significações”, a partir de práticas que desenvolvem “atitudes básicas de abertura, interação solidária, subjetividade coletiva, equilíbrio energético e formas de sensibilidade, afetividade e espiritualidade” (GUTIÉRREZ; PRADO, 2002, p. 37-38).

Resumidamente seriam estes os requisitos pedagógicos para o processo de educação da cidadania planetária: protagonismo efetivo dos educandos e interlocutores; epistemologia integradora de razão e emoção, uso apurado dos cinco sentidos, exercício da dimensão experiencial da aprendizagem, compreensão complexa das variáveis, simultaneidade de atitudes individuais e ações coletivas e visibilidade das práticas transformadoras.

Igualmente, existem muitas iniciativas de *Educação Ambiental*, promovidas por escolas públicas e particulares, secretarias de meio-ambiente e de educação de prefeituras e governos estaduais, organizações da sociedade civil, Igrejas e empresas. Na verdade, a educação ambiental ampliou sua perspectiva. Não se limita a fornecer informações sobre ecologia e poluição ou levar à adoção de pequenas ações ambientais. Compreende a mudança de visão, em vista da consciência planetária. Abrange a percepção do mundo e dos valores que a orientam. Apura a sensibilidade, faz refletir sobre o sentido da atuação humana no ecossistema, suscita ações individuais e coletivas, empodera a comunidade local como protagonista de mudança.

Portanto, o empenho pela consciência planetária e a sustentabilidade exigem amplos investimentos em processos de educação convencionais e alternativos, para formar as novas gerações, em valores, percepções e práticas. De maneira própria a cada instância, isso diz respeito tanto à educação, quanto à religião (FERREIRA; MARQUES, 2011, p. 153-166).

## 7 A tarefa das religiões no desenvolvimento da consciência planetária

Durante a Cúpula dos Povos na Rio+20, em junho de 2012, diversos líderes religiosos do Brasil, por iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e do Movimento “Religiões pela Paz”, reuniram-se para debater a relação entre as religiões e as questões ambientais. Na *Carta das religiões sobre o cuidado da Terra*<sup>24</sup>, eles afirmam:

A agenda das religiões deve incluir os elementos que traçam os projetos do ser humano na busca de realização da sua existência e afirmar compromissos efetivos com a defesa da vida no planeta. Religiões, sociedade e meio ambiente são realidades estreitamente correlatas. As tradições religiosas contribuem para a ampliação da consciência dos seus seguidores sobre os valores fundamentais da vida, pessoal, social e ambiental, orientando para a convivência pacífica e respeitosa entre os povos, culturas e credos, e destes com toda a criação.

Este importante documento inter-religioso inspira atitudes e ações. Segundo os líderes religiosos, as religiões devem:

- Afirmar juntas o valor sagrado da vida, sobretudo do ser humano;
- Promover a educação e a prática do respeito mútuo, do diálogo, da convivência pacífica e da cooperação entre as diferenças, fundamental no mundo plural;
- Discernir juntas os valores que constroem a paz no mundo. Pois a paz não é simples ausência da guerra, mas é fruto da justiça e da prática da caridade;
- Viver a compaixão para com os mais necessitados, empobrecidos e excluídos da sociedade;
- Promover o valor e o cuidado da criação;

---

<sup>24</sup> Ver CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 2012.

- Contribuir efetivamente para com as iniciativas ligadas à construção e promoção da cidadania<sup>25</sup>.

Para concretizar suas aspirações, os representantes das religiões presentes assumiram compromissos, das quais destacamos:

- Fazer com que as nossas tradições religiosas afirmem de modo concreto o valor da vida de cada pessoa, independentemente da sua condição social, religiosa, cultural, étnica e de gênero, ajudando-as na superação dos problemas que lhes afligem no cotidiano;

- Promover um efetivo respeito pela dignidade da pessoa e dos seus direitos acima de interesses econômicos, culturais, políticos e religiosos. Crer em um Ser Criador implica em desenvolver uma espiritualidade que tenha compromisso com a promoção e defesa da vida humana, pois o ser humano é a razão do serviço religioso que nossas tradições de fé oferecem ao mundo;

- Trabalhar para a convergência dos diferentes paradigmas culturais e religiosos dos povos, como uma possibilidade para melhor entendermos o mundo dentro de suas inter-relações e a convivência entre todos os seres humanos;

- Partilhar as riquezas que possuímos para fortalecer as relações inter-religiosas que possibilitam a cooperação entre os credos na solução dos problemas que afligem o nosso país e o mundo em que vivemos;

- Promover o desenvolvimento do sentido da fraternidade e da solidariedade universal, superando o fundamentalismo, o exclusivismo e o consumismo irresponsável;

- Realizar projetos sociais conjuntos que fortalecem a solidariedade nas comunidades religiosas e na família humana.

---

<sup>25</sup> Ver o artigo de Pilar Aquino (2011). A autora apresenta quatro critérios convergentes dos atores religiosos e sociais na promoção da educação para a cidadania (p.27-28) e delinea novas tarefas da religião em uma sociedade plural (p. 28-36).

- Desenvolver uma nova ética na relação com o meio ambiente, capaz de orientar novas atitudes defensoras de todas as formas de vida, sustentadas em políticas públicas de justiça ambiental e numa mística/espiritualidade que explicita a gratuidade e o dom da vida na criação;

- Qualificar uma vivência religiosa que favoreça o convívio social dos credos, a afirmação da tolerância e da liberdade religiosa.

Espera-se que esse documento seja conhecido, divulgado e se traduza em atitudes e ações nas diversas religiões, que assumiram o compromisso na Cúpula dos Povos.

### **A título de conclusão**

Este artigo foi terminado em maio de 2013, no que momento em que cientistas e pesquisadores, de várias nações, empenhados na questão das mudanças climáticas, anunciaram que o planeta alcançou o perigoso nível de concentração de Dióxido de Carbono de 400 porções por milhão. Ganha assim maior relevância o clamor da Carta da Terra:

A escolha é nossa: formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros, ou arriscar a nossa destruição e a da diversidade da vida. São necessárias mudanças fundamentais dos nossos valores, instituições e modos de vida.

Não podemos esperar mais! Oxalá o trabalho de docentes e pesquisadores da Teologia e das Ciências da Religião contribua efetivamente para desenvolver a consciência planetária. E que as Instituições de Ensino, a começar das confessionais, assumam políticas de sustentabilidade, testemunhando que a construção de civilização planetária é possível e necessária.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

BAPTISTA, Paulo Agostinho N. . Ecologia e consciência planetária como paradigma teológico. In: OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de; SOUZA, José Carlos Aguiar de. (Org.). **Consciência planetária e religião: desafios para o século XXI**. São Paulo: Paulinas, 2009, v. 1, p. 141-161.

BOFF, Leonardo. A carta da Terra e a consciência planetária: um olhar de dentro. In: OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro; SOUZA, José Carlos Aguiar (Org.). **Consciência planetária e religião: desafios para o século XXI**. São Paulo: Paulinas, 2009. p. 15-27.

BOFF, Leonardo. **Cuidar da Terra, proteger a vida: como evitar o fim do mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade. O que é – O que não é**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRAUN, Ricardo. **Novos paradigmas ambientais: Desenvolvimento ao ponto sustentável**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

BRAGA, Benedito et al. **Introdução à engenharia ambiental: o desafio do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Pearson, 2010.

BROSWIMMER, Franz J. **Ecocídio: breve historia de la extinción em masa de las espécies**. Pamplona: Laetoli, 2005.

CALLEMBACH, Ernest. **Ecologia: um guia de bolso**. São Paulo: Peirópolis, 2001.

CAMARGO, Luís Henrique Ramos. **A ruptura do meio ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CARTA DA TERRA. O texto da Carta da Terra. **A Carta da Terra em Ação**. Disponível em: < <http://www.cartadaterra.org/prt/text.html>>. Acesso em: 21 maio 2013.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. A Carta das Religiões e o Cuidado da Terra. 2012. Disponível em: <<http://www.cebi.org.br/noticia.php?secaoId=1&noticiaId=3164>>. Acesso em: 01 jun.2013

CÚPULA DOS POVOS. Documento final da Cúpula dos Povos, Rio de Janeiro, 15 a 22 junho 2012. Disponível em: <<http://cupuladospovos.org.br/2012/06/declaracao-final-da-cupula-dos-povos-na-rio20-2/>>. Acesso em: 19 maio 2013.

DIAS, Genebaldo Freire. **Pegada ecológica e sustentabilidade humana**. São Paulo: Gaia, 2002.

DIAS, Genebaldo Freire. **Ecopercepção**. Um resumo didático dos desafios socioambientais. São Paulo: Gaia, 2004.

ECOALFABETIZAÇÃO e sustentabilidade. 2009. Disponível em: <<http://www.ecologiaefe.blogspot.com.br/2009/03/ecoalfabetizacao-e-sustentabilidade.html>>. Acesso em: 01 jun. 2013.

FERREIRA, A.C.; MARQUES, D.M.E. Aprendizagem de valores para a cidadania: desafio à educação e às religiões. In: OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro; DE MORI, Geraldo Luiz (Org.). **Religião e educação para a cidadania**. São Paulo: Paulinas, 2011. p. 153-167.

FÓRUM Brasileiro de Economia Solidária. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br/index.php>>. Acesso em: 17 maio 2013.

GADOTTI, Moacir. Apresentação à edição brasileira. Cidadania planetária in: PRADO, Cruz. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 21-25.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra**. 6. ed. São Paulo: Peirópolis, 2009.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência ecológica**: o impacto do que consumimos e as mudanças que podem melhorar o planeta. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

GUTIÉRREZ, Francisco; PRADO, Cruz. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

HAWKEN, Paul; LOVINS, Amory; LOVINS, L. Hunter. **Capitalismo natural**: criando a próxima revolução industrial. São Paulo: Cultrix, 1999.

HAWKEN, Paul; LOVINS, Amory; LOVINS, L. Hunter. **Capitalism natural**. Disponível em: <<http://www.natcap.org/>>. Acesso em: 01 jun. 2013.

MERICO, Luiz Fernando Krieger. **Economia e sustentabilidade**: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2008.

LAMY, Michel. **As camadas ecológicas do homem**. Lisboa: Piaget, 1996.

LAVIGNE, Jean Claude. **Habitar a terra**: uma espiritualidade da criação. Lisboa: Piaget, 1996.

LEGAN, Lucia. **A escola sustentável**: eco-alfabetizando pelo ambiente. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2007.

LLENA, Claude et al., Desfazer o desenvolvimento para refazer o mundo. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2009.

LEONARD, Annie. **A história das coisas**: da natureza ao lixo, o que acontece com tudo que consumimos. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

LIBANIO, João Batista. **Formação da consciência crítica (1)**. Petrópolis: Vozes, 1979.

LIBANIO, João Batista. **Formação da consciência crítica (1)**. Disponível em: <[http://www.jblibanio.com.br/modules/mastop\\_publish/?tac=166](http://www.jblibanio.com.br/modules/mastop_publish/?tac=166)>. Acesso em: 05 maio 2013.

LIBANIO, João Batista. **Introdução à vida intelectual**. São Paulo: Loyola, 2008.

LOVELOCK, James. O que é Gaia. In: LOVELOCK, James. **A vingança de Gaia**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006. p. 27-46.

LOVELOCK, James. **Gaia: cura para um planeta doente**. São Paulo: Cutrix, 2006.

MAWHINNEY, Mark. **Desenvolvimento sustentável: uma introdução ao debate ecológico**. São Paulo: Loyola, 2005.

McNEELY, Jeffrey A; SCHERR, Sara J. **Ecoagricultura: alimentação do mundo e biodiversidade**. São Paulo: SENAC, 2009.

MORIN, Edgar; CIURANA, Emílio Roger; MOTTA, Raúl Domingo. **Educar na era planetária**. São Paulo: Cortez, 2003.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MOURA, Luiz Antônio Abdalla de. **Qualidade e gestão ambiental: sustentabilidade e implantação da ISSO 14.001**. 5. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2008.

MURAD, Afonso Tadeu. Paradigma ecológico: gestão e educação ambientais. In: SOCIEDADE DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO (Org.). **Sustentabilidade da vida e espiritualidade**. São Paulo: Paulinas, 2008. p. 40-53.

MURAD, A. T.; GASDA, E. E.; DE MORI, Geraldo Luiz. Ecos do Congresso Continental de Teologia. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 73, p. 69-101, 2013.

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. Consciência planetária, ecossocialismo e cristianismo. In: SOCIEDADE DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO (Org.). **Sustentabilidade da vida e espiritualidade**. São Paulo: Paulinas, 2008. p. 66-77.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro; SOUZA, José Carlos Aguiar (Org.). **Consciência planetária e religião: desafios para o século XXI**. São Paulo: Paulinas, 2009.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro; DE MORI, Geraldo Luiz (Org.). **Religião e educação para a cidadania**. São Paulo: Paulinas, 2011.

OLIVEIRA, P. A. R. . A Carta da Terra e a consciência planetária. Um olhar de fora . In: OLIVEIRA, P.A.R; AGUIAR,J.C.. (Org.). **Consciência planetária e Religião: desafios para o século XXI**. São Paulo: Paulinas, 2009, v. 1, p. 29-42.

PELLIZZOLI, Marcelo L. **Correntes de ética ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2002.

PILAR AQUINO, Maria. *Religión y educación para la ciudadanía: reflexiones preliminares*. In: OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro; DE MORI, Geraldo Luiz (Org.). **Religião e educação para a cidadania**. São Paulo: Paulinas, 2011. p. 27-36.

REIVENTANDO Paulo Freire o inédito viável. Disponível em: <[http://www.projetomemoria.art.br/PauloFreire/paulo\\_freire\\_hoje/04\\_pf\\_hoje\\_reinventando\\_pf.html](http://www.projetomemoria.art.br/PauloFreire/paulo_freire_hoje/04_pf_hoje_reinventando_pf.html)>. Acesso em: 17 maio 2013.

SÁNCHEZ, Luis Henrique. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de direito ambiental**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SOCIEDADE DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO (Org.). **Sustentabilidade da vida e espiritualidade**. São Paulo: Paulinas, 2008.

SUSIN, Luiz Carlos. Mãe Terra que nos sustenta e governa: por uma teologia da sustentabilidade. In: SOCIEDADE DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO (Org.). **Sustentabilidade da vida e espiritualidade**. São Paulo: Paulinas, 2008. p. 208-214.

TEILHARD DE CHARDIN, Pierre. **Hino do Universo**. São Paulo: Paulus, 1994.

VEIGA, José Eli. **Sustentabilidade: a legitimação de um novo saber**. São Paulo: SENAC, 2010.

VIGIL, José Maria (Org.). **Por uma teologia planetária**. São Paulo: Paulinas, 2011.

WACKERNAGEL, Mathis; REES, William. **Nuestra huella ecológica: reduciendo el impacto humano sobre la tierra**. Santiago: Lom Ediciones, 2001.

WWF BRASIL. Pegada ecológica. Disponível em: <[http://www.wwf.org.br/natureza\\_brasileira/especiais/pegada\\_ecologica/](http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/pegada_ecologica/)>. Acesso em: 25 maio 2013.